

A Federação Nacional dos Jornalistas manifesta sua concordância com as análises que constata a inadequação das três formulações legislativas que restringem a atuação de juízes, promotores, procuradores e outros agentes públicos:

- projeto de lei 2961/97, da Câmara dos Deputados;
- projeto de lei 536/99
- texto básico da Reforma do Judiciário.

Tais formulações não estabelecem um apropriado "denominador comum para a liberdade de expressão e o direito do cidadão à honra, à privacidade e à imagem", como ressaltou o Dr. Antônio Carlos Viana, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

A linha de argumentação contrária a estes três projetos tem sido suficientemente desenvolvida. Por isso, gostaríamos de enfatizar que a simples rejeição destes projetos, apenas tangencia os graves problemas da cidadania em relação à mídia no Brasil.

Queremos salientar nossa rejeição à concepção de que a democracia da mídia possa ser aferida apenas por critérios comerciais como, por exemplo, através do uso dos botões de liga-e-desliga e dos seletores de canais dos aparelhos de televi-

são ou da compra da escolha, no processo de compra de jornais e revistas nas bancas.

Manifestamos nossa convicção de que os veículos de comunicação encerram uma responsabilidade pública inerente à sua atuação social e de que este papel, intrinsecamente público, é crítico em um País onde se constata que a absoluta maioria da população ainda tem na televisão a sua única fonte de informação.

A mídia, contemporaneamente, exerce crescentes determinações sobre a cultura, a política e a economia. E esta atuação da mídia, portanto, deve ter suas funções públicas equacionadas e reguladas por meios institucionais e legais.

Neste cenário, entre os diversos problemas que afetam a área das comunicações, nesta oportunidade, salientamos três:

Em **primeiro lugar**, apontamos a necessidade de uma nova Lei de Imprensa, democrática e atualizada, capaz de estimular a pluralidade, de disponibilizar meios de proteção dos cidadãos e de proporcionar instrumentos para punir práticas abusivas. Tal legislação encontra-se obstruída, no Congresso Nacional, há quase dez

anos, pelas fortes reações do empresariado de comunicação, que resiste à criação de meios de cobrança de responsabilidade das suas funções públicas.

Em **segundo lugar**, destacamos o emperramento da Procuradoria Geral da República, pela atuação do Procurador Geraldo Brindeiro que, ao contrário do seu antecessor, fechou as portas para a sociedade e vem atuando como linha auxiliar do Governo Federal. A presença de um Procurador Geral atrelado aos interesses do Executivo, é incompatível com a democracia e desarma a sociedade de um inestimável instrumento de afirmação da cidadania.

Em **terceiro lugar**, destacamos o injustificado boicote ao espaço institucional onde bem poderia ter sido antecipado o debate que aqui travamos. Estamos falando do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, previsto no artigo 224 da Constituição e regulamentado pela Lei 8.389 de 30/12/91. Esta lei determinou que o Conselho fosse composto e instalado até abril de 92, o que ainda não ocorreu.

Posteriormente, o Conselho teve suas funções ampliadas pela Lei 8.977, de 6/1/95. Mesmo assim não foi instalado. Infelizmente, é preciso registrar que os senadores gaúchos Pedro Simon e José Fogaça encontram-se entre aqueles que mais embaraços criaram à instalação do Conselho.

Perguntamos: ora, quando o próprio Congresso Nacional encarrega-se de desrespeitar, sistematicamente, por oito anos, duas Leis do País, qual é a mensagem que está sendo passada, à sociedade, às empresas e aos cidadãos? Sem dúvida, esta postura do Congresso Nacional ajuda no estabelecimento do ambiente de "vale-tudo" que prevalece hoje na área das comunicações no Brasil.

Mais do que barrar projetos, portanto, nesta casa de homens da lei, defendemos um forte movimento da sociedade no sentido de que se cumpra a lei e se dote o País do Conselho de Comunicação Social, como um imprescindível espaço institucional, que poderia não só estar evitando problemas, como o que hoje aqui discutimos, mas também apresentando soluções para os tantos outros problemas da área das comunicações, que hoje não estamos aqui abordando, mas que ferem, cotidianamente, a democracia e a cidadania em nosso País.